

COMO ENSINAR LUTAS PARA MENINAS? UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM INCLUSIVAMENTE NÃO-CONVENCIONAL

DRA. FABIANA TURELLI

Doutora em Ciências da Atividade Física e do
Esporte pela Universidade Autônoma de Madrid – UAM/Espanha
Professora da Faculty of Kinesiology and Recreation
Management da Universidade de Manitoba – UMANITOBA/Canadá

Resumo | Este texto é fruto de reflexões contínuas, intensas e viscerais sobre a prática de artes marciais e esportes de combate. Tenho me dedicado a estudar gênero em artes marciais, especialmente no karatê, observando sua dinâmica no contexto internacional, incluindo países do Norte e Sul global, tanto no alto rendimento como no meio amador. Advogo pelo potencial das lutas para empoderar as pessoas de modo holístico; entretanto, o ambiente das lutas é muitas vezes hostil e requer transformações para levar ao empoderamento. Neste artigo, apresento algumas reflexões, apoiadas na experiência pessoal e nas investigações levadas a cabo ao longo dos anos, sobre estigmas colocados sobre e para meninas que tomam contato com lutas. Meu objetivo aqui é refletir sobre possibilidades de enfoque para as lutas que as removam de lugares estigmatizados e estigmatizantes, oferecendo perspectivas não-convencionais para construir experiências marciais inclusivas para meninas.

Palavras-chave | lutas; gênero; inclusão.

HOW TO TEACH MARTIAL ARTS AND COMBAT SPORTS TO GIRLS? A PROPOSAL OF AN INCLUSIVELY NON-CONVENTIONAL APPROACH

Abstract | This text is the result of continuous, intense and visceral reflections on the practice of martial arts and combat sports (MACS). I have dedicated myself to studying gender in martial arts, especially in karate, observing its dynamics in the international context, including countries in the global North and South, both in high performance and in the amateur environment. I advocate for the potential of MACS to empower people holistically; however, MACS environments are often hostile and require transformations to lead to empowerment. In this article, I present some

reflections, based on personal experiences and research carried out over the years, about stigmas placed on and for girls who come into contact with MACS. My goal here is to reflect on possible approaches to MACS that remove them from stigmatized and stigmatizing places, offering unconventional perspectives to build inclusive martial experiences for girls.

Keywords | martial arts and combat sports; gender; inclusion.

¿CÓMO ENSEÑAR LUCHAS PARA NIÑAS? UNA PROPUESTA DE ABORDAGE INCLUSIVAMENTE NO-CONVENCIONAL

Resumen | Este texto es resultado de reflexiones continuas, intensas y viscerales sobre la práctica de artes marciales y deportes de combate. Me he dedicado a estudiar género en las artes marciales, especialmente en el kárate, observando su dinámica en el contexto internacional, incluyendo países del Norte y Sur global, tanto en el alto rendimiento como en el ámbito amateur. Abogo por el potencial de las luchas para empoderar a las personas de manera integral; sin embargo, el entorno de las luchas suele ser hostil y requiere transformaciones que conduzcan al empoderamiento. En este artículo presento algunas reflexiones, basadas en experiencias personales e investigaciones realizadas a lo largo de los años, sobre los estigmas colocados sobre y para las niñas que entran en contacto con las luchas. Mi objetivo aquí es reflexionar sobre posibles enfoques de luchas que las saquen de lugares estigmatizados y estigmatizantes, ofreciendo perspectivas no convencionales para construir experiencias marciales inclusivas para niñas.

Palabras clave | luchas; género; inclusión.

INTRODUÇÃO

As lutas seguem apresentando um alto índice de abandono por meninas e mulheres (Carlsson, 2017; Ferretti; Knijnik, 2007). Quando ensinadas em escolas, salvo que sejam oferecidas como disciplinas facultativas no contraturno, as alunas geralmente não têm a opção de deixar de praticá-las, então as lutas tendem a incrementar o conjunto de experiências que leva muitas meninas e mulheres a descreverem a educação física como uma área de frustração (Oliver; Kirk, 2015). A educação física, grosso modo, é um espaço de preservação masculina (Theberge, 1985), condição que ganha ênfase quando as lutas compõem o arcabouço de conteúdos da disciplina, posto que elas são cultural e socialmente toma-

das como sinônimo de virilidade e ação varonil. Ainda que a proposta pedagógica de incluir a vivência corporal das lutas na educação física possa se apoiar na ampliação do repertório de movimentos, na direção da expansão da cultura corporal de movimentos (Coletivo de Autores, 1992), parece ser que, na prática, as lutas terminam seguindo a direção da militarização que a mesma educação física pode tomar. Para o sentido comum e, ao mesmo tempo, fortalecendo-o, as lutas participam da formação de meninos para expressarem-se como *verdadeiros* machos. Machos são fortes, decididos, insensíveis, objetivos, sérios, mas também bem-humorados para fazerem as mulheres rirem e se tornarem mais receptivas as suas investidas. Importante dizer, eles também são *imbrotos*, independentemente da idade.

A pedagogia utilizada nas artes marciais é uma pedagogia tradicional (Cynarsky; Obodysk; Zeng, 2012), binária e heteronormativa. Nessa pedagogia, portanto, as meninas e mulheres têm seu lugar como o que histórica, cultural e socialmente lhes é atribuído. Então, elas tomam parte do contexto marcial, muitas vezes, porque não há outra opção ao espaço masculino que não a de *autoriza-las*. Há a autorização de que não-homens entrem porque medidas, como políticas públicas ou discursos politicamente corretos, estão estabelecidas e não as seguir poderia ser até mesmo ilegal. Tal autorização, portanto, não equivale necessariamente à verdadeira inclusão ou pertencimento alcançado por não-homens. Mesmo quando a faixa-preta e o alto rendimento são atingidos por mulheres, por exemplo, elas podem seguir sendo consideradas imitações de *lutadores reais* (Turelli, 2022; Turelli et al., 2022). Normalmente, pessoas que vão ministrar lutas nas aulas de educação física tiveram algum tipo de formação prévia em artes marciais ou esportes de combate e, ainda que possam existir exceções, a tendência é que uma reprodução do que foi aprendido seja realizada. Daí que o ambiente gerado seja lido por meninas e mulheres como algo hostil e impróprio para elas, o que justifica a resistência em querer participar e mesmo em aprender.

Com este artigo, eu não me dedico a propor métodos para o ensino e aprendizagem, ou para a melhor absorção de movimentos e técnicas

marciais por meninas em educação física ou espaços de treinamento de lutas. Há relevante literatura que se dedica a esta tarefa como, por exemplo, Rodrigues, Evans e Galatti (2019), além de propostas centradas na didática de movimentos (Nyberg, 2015), ou no uso de jogos que otimizam o entendimento e apropriação de conhecimentos (Bunker; Thorpe, 1982). Onde há uma lacuna no conhecimento que relaciona lutas e sua transmissão e apropriação, até onde estou ciente, é na leitura crítica dos contextos marciais. Eles são frequentemente buscados por pais e mães que anseiam crianças disciplinadas, autorizando professores de lutas a “moldar” suas crianças. Isso é algo inevitável em qualquer atividade em que tomemos parte, já que há uma afetação mútua entre ambientes e praticantes, porém nem sempre a influência é positiva. Assim, este artigo se justifica pela intenção de ajudar a preencher esta ausência de estudos no tema. Meu objetivo aqui é refletir sobre possibilidades de enfoque para as lutas que as removam de lugares estigmatizados e estigmatizantes, oferecendo perspectivas não-convencionais para construir experiências marciais inclusivas para meninas. Para lograr tal objetivo, trago uma breve descrição metodológica, seguida de dois tópicos altamente estigmatizados enfrentados por meninas, para então concluir com alguns pensamentos gerais em direção a ações construtivamente disruptivas.

NOTAS METODOLÓGICAS

Este texto é fruto de reflexões contínuas, intensas e viscerais sobre a prática de artes marciais e esportes de combate. Eu não conduzi uma pesquisa que aborda diretamente o tema do título, focando em lutas para aulas de educação física, por exemplo. Não obstante, eu tenho me dedicado a estudar gênero em artes marciais, especialmente no karatê, observando sua dinâmica no contexto internacional, incluindo países do Norte e Sul global, tanto no alto rendimento como no meio amador. Por isso, considero que essa trajetória, somada a anos de prática como lutadora, permite-me dizer algo sobre a pedagogia marcial, em termos ambos de crítica endereçada ao seu tradicionalismo, e sugestões para

seu aprimoramento. Eu advogo pelo potencial das lutas para empoderar as pessoas de modo holístico, ou seja, no aspecto físico, munindo praticantes com habilidades para fazer frente à violência, algo infelizmente requerido com frequência no contexto brasileiro, e também “moralmente”, incrementando nas pessoas o sentimento de que são capazes. Entretanto, o ambiente das lutas é muitas vezes hostil e requer transformações para levar ao empoderamento (Liechty; Willfong; Sveinson, 2016; Luguetti, 2014), do contrário, ele pode terminar sendo bastante desempoderante, quando não traumático.

Minha linha de pesquisa é crítica, combinando conceitos da teoria crítica produzida pela Escola de Frankfurt, e sua expansão, digamos, elaborada no contexto norte-americano, especialmente apoiada no feminismo. Eu também dialogo com a sociologia do esporte e propostas anglo-saxônicas para pedagogias críticas que, fechando o círculo no qual transito, e “voltando para casa”, têm em Paulo Freire uma referência fundamental. Busco certa vinculação entre teoria e prática, foco em pesquisa qualitativa, especialmente etnográfica. As experiências vividas são relevantes em minha perspectiva, tanto quanto o posicionamento adotado por quem pesquisa. Com isso, descrevo basicamente os elementos que orientam meu pensamento crítico e informam o conteúdo deste artigo. Na sequência, passo a apresentar minhas reflexões, apoiadas na experiência pessoal e nas investigações levadas a cabo, sobre estigmas colocados sobre e para meninas que, por uma razão ou outra, tomam contato com lutas.

Meninas são medrosas e fracas

Marcel Mauss (1973) ofereceu uma grande contribuição à sociologia do esporte com seu texto sobre as técnicas corporais. No entanto, uma sessão desse texto que frequentemente passa despercebida é a que ele aborda tais técnicas divididas por gêneros binários. Minha crítica não vai ao binarismo, nesse caso, mas à limitação com a qual ele descreve os potenciais físicos de meninas. Ele menciona que mesmo que elas fossem ensinadas a como fechar *corretamente* o punho para socar, seria difícil

que o fizessem bem, destacando ainda que seus socos são simplesmente fracos. Nesse assunto, com a autoridade (auto) atribuída a um homem europeu antropólogo, Mauss estava equivocado. Iris Marion Young (1980), poucos anos mais tarde, reivindica a capacidade das meninas de se movimentar livremente e discorre com maestria sobre os elementos que inibem tal capacidade. A fragilidade feminina é, mais que qualquer outra coisa, socialmente produzida. O texto de Young segue como uma fonte atual de informação, sendo reatualizado, no entanto, por Mason (2018), e por Roth e Basow (2004), estas últimas em uma versão mais estrita do feminismo físico. Minha perspectiva encontra pontos de discordância com Roth e Basow, posto que eu não considero que medir força, literalmente, física, com homens, necessariamente prove ou acrescente valor às mulheres. Desta forma, reivindico que o esporte feito por mulheres seja considerado em sua singularidade e não comparado ao feito por homens, inferiorizando o primeiro (Turelli et al., 2022). Por outro lado, eu certamente concordo com Roth e Basow em outros pontos, um deles é a descrição da fragilidade atribuída a meninas e mulheres como uma construção histórica, social e cultural.

Essa fragilidade se torna uma realidade para muitas meninas e mulheres porque ela é incorporada, porque acreditamos nela, e aprendemos a ser assim, a performar (Butler, 1990) de maneira frágil e dócil. A fragilidade chega a ganhar tons de encanto, como abordarei no próximo tópico. Então, contraditoriamente se autoriza e requer das meninas que elas tenham medos diversos e que precisem ser protegidas; e ao autorizar *não ser forte*, se obriga a *ser fraca*, pois isso justifica o lugar masculino de protetor que, contraditoriamente, escraviza. Isso confere sentido e mesmo propósito à performance de machos, (auto) dignificando o papel de protetor a pobres criaturas indefesas e muitas vezes irracionais (Gonçalves, 2014) que supostamente são as meninas e mulheres, mesmo quando elas não requerem tal proteção, forçando-as a debilitarem-se. Horkheimer e Adorno (1985) explicam que o homem dominante nega à mulher a honra de individualizá-la, ou seja, as meninas e mulheres absorvem, confundidas, que podem depender de outros, quando estes outros as têm

quase domesticadas. Foucault (2009) aborda esse tema também por meio do “olhar masculino” como guia das ações, comportamentos, crenças e expectativas das mulheres.

Essas teorias encontram rápida aplicabilidade nas lutas. As meninas são assumidas como tementes a apanhar e a bater, e fracas para bater e aguentar golpes. Tais medos e debilidades são, novamente, construções inseridas nas meninas. À medida que se convive com certa violência esportiva, contra outros e contra si mesma (Vaz, 2000), o medo frente a várias situações perde espaço, sendo às vezes substituído por desprezo a exhibições de virilidade. Os ditames sociais igualmente incorporados nas pessoas, de que meninas e mulheres são *naturalmente* incumbidas do cuidado dos demais e que isso, por sua vez, *naturalmente* as torna incapazes de golpear, não transcende a tradição inventada (Hobsbawm, 1983). Não é raro encontrar meninos e homens que reagem com raiva ao perceberem-se atingidos por meninas e mulheres. Isso os remove da estabilidade de sua redoma de poder e dominação, desafiando-os intimamente. Então, se não podem performar os formatos de masculinidades com os quais estão habituados, frequentemente recorrem às reações raivosas, ou seja, o desafio ao lugar de homem que conhecem os leva a responder com a irracionalidade da violência. Isso, por sua vez, justifica que muitas meninas e mulheres se inibam e se diminuam para não confrontar o lugar de poder e dominação dos homens. Elas já se acostumaram com o lugar de coadjuvantes e nem se importam mais. Contudo, elas são, sim, capazes de bater, socar, chutar, e assim por diante, com força, vigor, potência e agilidade. Da mesma forma, resistência não é um obstáculo. Evidentemente, concussões são um problema para qualquer pessoa, mas golpes que respeitem normas esportivas podem ser recebidos por mulheres, assim como altas cargas de treinamento, não as levando à esterilidade, por exemplo, como Pierre de Coubertin (1973) proferiu em seu tempo.

Meninas deveriam ser delicadas

Na sociedade que se orienta pelo patriarcado, uma menina frágil, obediente, requerendo proteção, apresentando medos diversos e insegu-

ranças, estranhamente se converte em uma menina *feminina* e bela. Ela é mais apreciada que uma menina culturalmente definida como “bruta”. Ela é também contraditoriamente mais respeitada, pois pode receber prioridade em relação a meninas que fogem aos padrões estéticos e comportamentais ainda vigentes, e sofrer certa desvalorização inversa, já que o estímulo à sua aparência e etiqueta modal termina sendo objeto de manipulação e ela mesma convertida em objeto (Turelli, 2022; Turelli; Vaz; Kirk, 2023).

As modalidades esportivas tradicionalmente consideradas como espaços femininos se estruturam especialmente sobre habilidades fechadas, que não requerem reação instantânea, podendo ser preparadas antecipadamente (veja Vertinsky, 2016). São parte desse conjunto, com destaque, as modalidades que se utilizam de coreografias, como podem ser a dança (Gonçalves; Vaz, 2016) e a ginástica rítmica (Boaventura; Vaz, 2020), *katas* no karatê, submodalidade caracterizada como coreografia de movimentos marciais (Turelli; Vaz; Kirk, em impressão). Essas práticas compartilham de forte apelo estético, seja como critério para julgar as apresentações ou performances, seja adotando como critério, incluído ou não nos regulamentos, o julgamento da aparência das atletas. Esses fatores, somados, por certo, ao peso cultural e social como venho enfatizando, orientam a atuação esportiva de meninas, para além de suas próprias vidas. Elas, então, incorporam conceitos estandardizados de feminilidade e de como performar para vencer, ser aceita, louvada, amada.

O senso comum estabelece, ditando e estigmatizando, que meninas e mulheres *femininas e delicadas* não batem, não são confiantes, não gritam. Elas devem sempre performar de modo polido e recatado. Tal definição para elas, são dispositivos de sujeição, dados os fortes apelos, e podem levá-las a ter sua mobilidade reduzida, ao menos para o que teriam potencial para fazer e nem sabem, e a acreditar que são de fato limitadas, que não têm força, e que não são capazes de emitir *kiai*. *Kiai* é o grito de poder utilizado em muitas artes marciais e lutas (Turelli; Vaz; Kirk, em impressão). As meninas têm vergonha de gritar, como lutadoras (Maclean, 2019). A elas é ensinado e delas se espera um grito grave, que

suas cordas vocais simplesmente não permitem, além do já extensamente mencionado fator educacional, em geral, desempoderante. Como gritar e impor poder quando o poder em si mesmo é algo sentido como inacessível? Por isso eu advogo pela transformação e enfoque das lutas na direção de um empoderamento holístico ou integral, incluindo o aspecto “moral”, que mencionei mais cedo, além do físico. Fisicamente falando, está posto o argumento no meio marcial de que o *kiai* deve vir do diafragma, e não das cordas vocais. Venha de onde vier, ele passa pelas cordas vocais, e a maioria das meninas e mulheres possui tons vocais mais agudos, talvez especialmente as que sejam classificadas como delicadas. Isso remete ao problema inicial, em uma espécie de círculo vicioso, enfatizando as contradições que perpassam o ambiente.

CONCLUSÃO: REFLEXÃO E PROPOSTA EM PROL DO NÃO-CONVENCIONALISMO PARA LUTAS INCLUSIVAS

Neste artigo, apresentei sucintamente dois estigmas que são enfrentados por meninas que, por diferentes motivos, tomam contato com lutas. Eles são relevantes de ser abordados cedo, desde meu ponto de vista, porque além de se configurarem como problemas para as meninas, derivam em estereótipos mantidos na vida adulta, para mulheres lutadoras ou envolvidas na prática esportiva. O primeiro estigma aqui levantado, ou bem afasta as meninas das lutas, o que é muito recorrente, ou bem as faz se firmarem no meio marcial, derivando que, possivelmente pela ameaça que podem representar de desmantelamento de poder, são consideradas *mulheres masculinizadas*, em sentido pejorativo. Uma mulher forte e corajosa, no senso comum, não pode ser mulher. Supostamente, quem é corajoso e forte é homem. Então as opções afetivas de mulheres que fogem ao estigma da fragilidade e temor são postas em xeque e elas têm que lidar, de uma forma ou de outra, com toda a carga advinda de tais mexericos. O segundo estigma se mantém relacionado com o primeiro também na vida adulta, derivando no estereótipo da sexualização e sensualização dos corpos de mulheres atletas. Aí as mulheres não são

masculinizadas, mas erotizadas e objetificadas, com seu desempenho esportivo desconsiderado e seus corpos oferecidos para o consumo (Turelli; Vaz; Kirk, 2023).

Considerando esta breve justificativa, é importante refletir sobre possibilidades de enfoque para as lutas que as removam de lugares estigmatizados e estigmatizantes, como propus no início do texto. Estes lugares, estabelecidos há longa data, mantêm confortáveis os que encaixam na e formatam a estrutura. Entretanto, estes mesmos lugares são injustos para a fatia que não se beneficia do dividendo patriarcal (Connell, 1995), e para estas pessoas os temas de equidade, diversidade e inclusão precisam ser seriamente abraçados e feitos realidade. Incluir meninas nas aulas de educação física que trabalham com lutas significa dar a elas espaço, mais que isso, fazer que o espaço seja delas, que elas não se sintam intrusas em um mundo ao qual não pertencem. Elas precisam sentir que aquele mundo é delas também. Desde que nascem, por simplesmente nascerem meninas em uma sociedade patriarcal, estão lutando. Logo, o mundo marcial é seu mundo. Sentir reconhecimento, apoio e incentivo de professores, não como estímulo vazio e politicamente correto, mas como ações genuínas, é algo essencial. Os professores precisam se interessar por suas alunas e buscar, com elas, alternativas para tornar as aulas acessíveis. Isso rompe com o tradicionalismo geralmente encontrado nas lutas, em que o conteúdo está dado para cada faixa e estudantes precisam absorvê-lo. O contexto aqui, inserido na escola, deve ser pedagógico e didático acima de tudo. Não há busca por resultados competitivos. Medalhas, faixas, socos fortes... isso não deveria ser o objetivo. A prioridade é que estudantes experimentem, que se sintam capazes, incluídas, e que também se divirtam. Além disso, mais professoras de lutas certamente conta a favor. Professoras para ensinar lutas para as meninas, e também para os meninos, talvez assim com mais chance de ver além do patriarcado.

A ideia de que escola possa ser encantadora é, muitas vezes, criticada, mas eu penso que o prazer não pode ser eliminado da vida, em todas as fases etárias, e talvez se as crianças tivessem mais gosto em ir para suas aulas, aprenderiam melhor. No caso debatido aqui, as lutas podem ser

muito prazerosas, não apenas para meninos. O principal, como argumentei, é que o ambiente seja adequado. Para isso, é preciso ultrapassar outros estigmas, como o de que educação física é sinônimo de esporte, ou o de que existem formas exatas e corretas de realizar certas atividades. No caso das lutas como conteúdo de educação física, estudantes não deveriam se preocupar em vencer seus colegas, a competir com eles, a agradar o professor, a conquistar faixas, a dar socos fortes ou biomecanicamente perfeitos. Com mais abertura a performances diversas, provavelmente professores seriam mais frequentemente surpreendidos pela capacidade dos estudantes. Eu não recomendaria separar meninas de meninos para as aulas. Isso se justifica em alguns casos com pessoas adultas, iniciando tarde nas práticas marciais (Rodrigues; Turelli; Kirk, em impressão), mas no caso de crianças, em que as diferenças musculares e hormonais até certa idade não estão estabelecidas, e que não têm o rendimento como meta, a diversidade de gêneros deve ser fomentada.

Entretanto, é possível que se torne necessário lidar com certa insatisfação dos meninos, caso a inclusão das meninas venha a colocá-los em uma posição de desconforto. Ao ser incômoda e inabitual para eles, reclamações são esperadas. A busca pela inclusão das meninas pode soar como dar prioridade a elas, retirando espaço do que é habitualmente masculino. E isso não seria injusto? Não. Apenas desconfortável. Eu não posso falar do lugar de um homem, mas posso falar do de uma mulher cis-gênero, visivelmente branca. Meus privilégios não foram muitos ao longo da vida, mas os reconheço, e desde este lugar posso dizer que sei como o desconforto pode ser sentido quando meus poucos privilégios são tocados. E sei ainda mais como o desconforto grita, beirando a injustiça em alguns casos, quando as estruturas são a norma e as discriminações a consequência. Assim, que meninos e meninas transitem lugares diferentes dos que estão habituados na ordem social é altamente educativo e mesmo saudável para todos. As meninas vão se acostumando ao lugar onde se sentem estranhas até o ponto em que o estranho se volta naturalizado. No entanto, eu proporia voltar a estranhar, numa proposta não-convencional

que encontra no próprio veneno conhecido o antídoto e o remédio para aliviar a pena.

Ser estranho, ser *queer* (Ahmed, 2004; lisahunter, 2017), tornar as práticas marciais e as lutas *queer*, com ações simples, mas construtivamente disruptivas do tradicional e desempoderante para meninas, pode abrir janelas de oportunidades para elas. Promover momentos que rompam com conservadorismos, atividades inovadoras que denotam cuidado e planejamento, mais que qualquer intenção de destruição, deve ser entendido e aceito como a abertura de novas oportunidades. Não se trata de destruir a velha ordem para impor uma nova, apenas trocando quem lidera e domina. Trata-se de trabalhar por uma reconstrução permanente e fluída, na qual nenhuma posição é inquestionável e perpétua. Trata-se de seguir refletindo e buscando alternativas, de aplicá-las, reformulá-las e aprimorá-las de forma apaixonadamente crítica. Considerando isso tudo, a minha proposta de abordagem inclusivamente não-convencional não é uma receita, mas se embasa em ideias gerais frutiferamente abertas a críticas e contribuições.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. Queer Feelings. In: **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh University Press, 2004.

BOAVENTURA, P., & VAZ, A. F. Corpos femininos em debate: ser mulher na ginástica rítmica. **Movimento**, Porto Alegre, 26, 1-15, 2020.

BUNKER, D., & THORPE, R. "Landmarks on Our Way to 'Teaching for Understanding.'" In **Rethinking Games Teaching**, edited by R. Thorpe, D. Bunker, and L. Almond, 1st ed., 5–6. Loughborough: Loughborough University of Technology, Department of Physical Education and Sports Science, 1982.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Routledge, London., 1990.

CARLSSON, H. Researching boxing bodies in Scotland: Using apprenticeship to study the embodied construction of gender in hyper masculine space, **Gender, Place & Culture**, 24(7), 939-953, 2017. DOI: 10.1080/0966369X.2017.1343282

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**, 1995. 185-206.

COUBERTIN, P. **Ideário Olímpico**. Madrid. Doncel, 1973.

CYNARSKY, W. J., OBODYNSK, K., & ZENG, H. Z. Martial Arts Anthropology for Sport Pedagogy and Physical Education. **Revista Romaneasca Pentru Educatie Multidimensionala**. 4(2), 2012. 129-152.

FERRETTI, M. A., & KNIJNIK, J. D. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. **Movimento**, 13. 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes. 2009.

GONÇALVES, M. C. **Esporte e estética: Um estudo com jogadoras de rúgbi**. Tese de doutorado. Florianópolis, 2014.

GONÇALVES, M. C., & VAZ, A. F. Dor e educação do corpo: atletismo e bale. In: Soares, A. J. G., Correia, C. A. J., & Melo, L. B. S. **Educação do corpo e escolarização de atletas: debates contemporâneos**. Rio de Janeiro. 7 Letras, 2016. 240-260.

HOBBSAWM, E. Introduction: Inventing Traditions. In: Hobsbawm, E., & Ranger, T. **The Invention of Tradition**. Cambridge University Press. 1983.

HORKHEIMER, M., & ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1985.

LIECHTY, T., WILLFONG, F., & SVEINSON, K. Embodied Experiences of Empowerment among Female Tackle Football Players, **Sociology of Sport Journal**. 2016.

lisahunter. What a queer space is HPE, or is it yet? Queer theory, sexualities and pedagogy, **Sport, Education and Society**, 2017. DOI: 10.1080/13573322.2017.1302416

LUGUETTI, C. *Moving from what is to what might be: developing a prototype pedagogical model of sport addressed to boys from socially vulnerable backgrounds in Brazil*. PhD Dissertation. University of São Paulo. 2014.

MACLEAN, C. Knowing your place and commanding space: de/constructions of gendered embodiment in mixed-sex karate, **Leisure Studies**, 2019. DOI: 10.1080/02614367.2019.1632919

MASON, K. "Gendered Embodiment." In **Handbook of the Sociology of Gender, Handbooks of Sociology and Social Research**, edited by B. J. Risman, 95–107. Cham: Springer International Publishing. 2018. doi: 10.1007/978-3-319-76333-0_7.

MAUSS, M. Techniques of the body. **Sociologie et Anthropologie**. 1973.

NYBERG, G. Developing a "somatic velocimeter" – the practical knowledge of freeskiers, **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, 7(1), 109-124, 2015. DOI: 10.1080/2159676X.2013.857709

OLIVER, K. L., & KIRK, D. **Girls, physical education and gender: An activist approach**. London, UK, Routledge Publishers. 2015.

RODRIGUES, A., EVANS, M. B., & GALATTI, L. R. Social identity and personal connections on the mat: Social network analysis within Brazilian Jiu-Jitsu. **Psychology of Sport and Exercise**, 40, 2019, 127–134. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2018.10.006>

RODRIGUES, A. I. C., TURELLI, F. C., & KIRK, D. Fighting like a girl: Towards a critical pedagogy of martial arts. Anthology on 'Martial Arts & Therapy'. **European Academy of biopsychosocial Health**, em impressão. <https://www.fpi-publikation.de/>

ROTH, A., & BASOW, S. A. Femininity, Sports, and Feminism: Developing a Theory of Physical Liberation. **Journal of Sport & Social Issues**, 28(3), 2004, 245-265, DOI: 10.1177/0193723504266990

THEBERGE, N. Towards a feminist alternative to sport as a male preserve. **Quest**, 37, 1985. 193-202.

TURELLI, F. C. **“Nothing Stops You, Nobody.” Construction of Female Embodied Subjectivity in the Spanish Olympic Karate Team.** PhD Thesis. Universidad Autónoma de Madrid. 2022. 426p.

TURELLI, F. C., Vaz, A. F., & Kirk, D. “We are not products”: Stereotyping women athletes in karate through demands on femininity and sensual bodies. **Revista Mujer y Políticas Públicas.** Vol. 1 Núm. 2. 2023. <http://revistas.urp.edu.pe/index.php/mpp/>

TURELLI, F. C., VAZ, A. F., & KIRK, D. How inclusive can hierarchical systems be? The disguised use of power through supposed neutral approaches. In: Jennings, G., Piedra de la Cuadra, J., & Rodríguez Sánchez, A. R. (Orgs.) **Martial Arts/Combat Sports in Latin Societies**, em impressão.

TURELLI, F. C., VAZ, A. F., TEJERO-GONZÁLEZ, C. M., & KIRK, D. ‘Fighting like a girl’: qualitative analysis of the gendered movement learning in the Spanish Olympic karate team, **Physical Education and Sport Pedagogy**, 2022. DOI: 10.1080/17408989.2022.2125947

VAZ, A. F. Na constelação da destrutividade: o tema do esporte em Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. **Motus Corporis.** Rio de Janeiro, 7(1), 2000. 65-108.

VERTINSKY, P. Re-examining Women First. Rewriting the history of the “end of an era”. In: Kirk, D., & Vertinsky, P. **The female tradition in physical education: Women First reconsidered** London, Routledge, 2016. 1-20.

YOUNG, I. M. Throwing Like a Girl: A Phenomenology of Feminine Body Comportment Motility and Spatiality. **Human Studies**, 3, 1980. 137-156.

Recebido em: 20/11/2024

Aprovado em: 13/03/2025

Contato: fabiana.turelli@umanitoba.ca